

# Superior Tribunal de Justiça

## CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 163.343 - MG (2019/0016153-6)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**SUSCITANTE** : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE JUIZ DE FORA - SJ/MG  
**SUSCITADO** : JUIZ DE DIREITO DA 7A VARA CRIMINAL DE VITÓRIA - ES  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
**INTERES.** : ELIZABETH XAVIER PEZZOTTI  
**INTERES.** : RICARDO XAVIER GOMIDE PEZZOTTI

### EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. CARTA PRECATÓRIA. GUIA DE EXECUÇÃO. JUÍZO DEPRECADO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE. INDULTO. CONCESSÃO. DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO. IMUTABILIDADE. REVISÃO CRIMINAL *PRO SOCIETATE*. INEXISTÊNCIA. COMPETÊNCIA. JUÍZO PROLATOR. DISCUSSÃO. DESCABIMENTO. CONFLITO NÃO CONHECIDO.

1. Se a decisão do Juízo suscitado/deprecado, que decretou a extinção da punibilidade pelo indulto, assim como o acórdão que ampliou a extensão da benesse, no julgamento do respectivo agravo em execução, transitaram em julgado tanto para a Acusação como para a Defesa, não cabe mais nenhuma discussão acerca da competência para sua prolação.

2. O Juízo suscitante/deprecante, ao pedir a este Tribunal Superior a anulação da decisão e do acórdão que extinguiram a punibilidade do condenado, sob o argumento de ser o Juízo suscitado/deprecado incompetente para proferir, busca atribuir ao conflito de competência a natureza jurídica de revisão criminal *pro societate*, proscrita em nosso ordenamento jurídico.

3. Em respeito à imutabilidade da coisa julgada material *favor rei*, cabe ao Juízo suscitante tão somente promover ao devido cumprimento à decisão do Juízo deprecado, que extinguiu a punibilidade.

4. Conflito não conhecido.

### ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, não conhecer do conflito, cabendo ao Juízo suscitante tão somente promover o devido cumprimento à decisão do Juízo deprecado, que extinguiu a punibilidade, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora. Os Srs. Ministros Jorge Mussi, Sebastião Reis Júnior, Rogerio Schietti Cruz, Reynaldo Soares da Fonseca, Ribeiro Dantas, Antonio Saldanha Palheiro, Joel Ilan Paciornik e Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Licenciado o Sr. Ministro Felix Fischer.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Nefi Cordeiro.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 25 de setembro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora

